



## Entre rio, Floresta e Lagos: Olhares da Cartografia Social Sobre os Conflitos Socioambientais numa Comunidade Ribeirinha da Amazônia Brasileira<sup>1</sup>

Dime Alexandre Londono GOMES<sup>2</sup>

### Resumo

Apresentamos reflexões sobre os conflitos socioambientais identificados na comunidade ribeirinha de Terezina III, na margem esquerda do Rio Solimões, pertencente a Município de Tabatinga na microrregião do Alto Solimões (AM), na tríplice fronteira amazônica Brasil, Colômbia e Peru. O espaço geográfico da pesquisa está imersa numa região marcada pela diversidade de apropriação dos recursos naturais. Nossas orientações metodológicas de pesquisa está baseada nos moldes de uma abordagem qualitativa, com as contribuições de caráter etnográfico, e ainda aplicando técnicas da Cartografia Social, por meio da construção de croquis sobre as representações socioterritoriais e ambientais dos agentes envolvidos Neste contexto, evidenciou-se a ausência de ações específicas das instituições públicas e ambientais nesta região de fronteira. Destacam os sujeitos da pesquisa que o “problema do desmatamento” não é uma pauta prioritária dos órgãos investigados, revelando que os conflitos socioambientais se apresentam de diversas formas, pelo uso indiscriminado de lagos comunitários para a pesca comercial, resultando em constantes invasões, homicídio a um ribeirinho e na violência física, pela demarcação de pontos de pesca no rio Solimões, e na extração ilegal da madeira pra fins comerciais nos países fronteiriços. Na descrição etnográfica do croqui foram apresentados os conflitos socioambientais distribuídos nos sete espaços geográficos da comunidade.

**Palavras-chave:** Amazônia; comunidade ribeirinha; conflitos socioambientais; cartografia social;

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 3- Desigualdade social de gênero, saúde da mulher, saberes tradicionais e conflitos socioambientais no mundo rural do III Sisultura.

<sup>2</sup>Bolsista Capes, Mestrando em Sociedade e Cultura na Amazônia- PPSCA/UFAM. Membro do grupo de pesquisa vinculado ao CNPq, Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia-NESAM/UEA. Colaborar do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-NCSA/UEA/Núcleo Tabatinga. E-mail: [alexandre.geo.uea@gmail.com](mailto:alexandre.geo.uea@gmail.com)



## Notas Introdutórias

Na Amazônia brasileira, são registrados diversos conflitos socioambientais pelo forma de uso e exploração dos recursos naturais por acesso as terras e águas envolvendo os povos e comunidades tradicionais da Amazônia (indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos) que utilizam esses espaços geográficos de forma tradicional passado de gerações pelos seus ancestrais. Em 2016 a comissão pastoral da Terra (CPT), em articulação com as CPT's da Amazônia publicou um relatório de denúncia intitulado “Amazônia, um bioma mergulhado em conflitos”, como forma de denunciar alguns dos conflitos sofridos pelas comunidades da Amazônia aos nove estados da Amazônia legal.

No caso do Estado do Amazonas um dos conflitos que permeia até os dias de hoje segundo a CPT, são os conflitos provocados pelo processo de extração da madeira ilegal, sem deixar de lado outros conflitos provocados por grilagem de terras, garimpos, assassinatos de lideranças comunitárias, e especificamente no município de Lábrea a exploração de pessoas em condições de trabalho escravos na produção de castanha do Pará. O objetivo da publicação foi mostrar os conflitos e suas causas que diariamente se vivenciam na Amazônia. Em cada estado foi escolhido um conflito que, de certa forma, representa, ainda hoje o mundo dos conflitos e da violência em que estão inseridas as comunidades do campo.

O texto aqui ora apresentado é resultado de ações de pesquisas do Núcleo de estudos Socioambientais da Amazônia (NESAM), vinculado ao CNPq, em parceria com o núcleo de cartografia social da Amazônia (NCSA) núcleo Tabatinga, que desde de 2015 procura entender a complexidade que é a Amazônia Ocidental do ponto de vista de um olhar das ciências humanas. Assim, esta perspectiva nos permite um enfoque sobre o modo de vida das sociedades rurais amazônicas pelos diversos elementos socioambientais, pelo uso sócio espacial e territorial de seus recursos naturais. Como aporte para pesquisa o NESAM contou com o projeto: "Oficinas de Mapeamento participativo para identificação de conflitos socioambientais entre trabalhadores da pesca: Elementos para a gestão territorial e ambiental no município de Tabatinga/AM”, edital nº 46/2015 do Programa Institucional de Extensão/PROGEX, Financiado pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Que culminou no trabalho de conclusão de curso intitulado “Entre a madeira e o peixe: conflitos



socioambientais e as formas de uso dos recursos naturais na comunidade ribeirinha de Terezina III no município de Tabatinga/AM”.

Nesse contexto os estudos sobre a temática dos conflitos socioambientais tem sido alvo de inúmeras pesquisas desenvolvidas na região do alto Solimões pelo Núcleo de estudos socioambientais da Amazônia- NESAM, juntamente com o Projeto nova cartografia social da Amazônia-PNCSA que evidenciam diversas situações de conflitos socioambientais pela forma de uso e exploração dos recursos naturais em comunidades tradicionais nesta região da Amazônia. Objetivamos assim identificar e descrever os conflitos socioambientais resultantes do uso e apropriação dos recursos naturais na citada comunidade ribeirinha do município de Tabatinga, no Alto Solimões.

### **Conflitos Socioambientais em comunidade ribeirinha: e as razões para conhecer essa realidade em Terezina III.**

A comunidade de Terezina III, desperta uma certa atenção pela sua rica diversidade dos recursos naturais, pois é uma das mais antigas da zona rural de Tabatinga, esta comunidade surgiu por volta de 1913 quando os seringueiros trabalhavam com a extração do látex, e assim sustentavam suas famílias, em 1936, a propriedade passou a ser administrada pelo português, Pedro Gonçalves, comerciante que arrendou as terras para a exploração dos seringais, que passou a cobrar imposto dos moradores, as pessoas revoltaram-se, e procuraram seus direitos, conseguindo assim, um documento chamado “*posse Capião*”, o qual dava direito de permanecerem na localidade.

Quando os primeiros moradores ali chegaram formando a comunidade, a pesca, a caça e a extração de madeira não era uma situação problemática por haver uma enorme quantidade de espécie tanto animal quanto vegetal e com o passar do tempo, com o aumento da população, algumas espécies tanto de peixes quanto de aves e outros foram diminuindo. Em 1966, Terezina foi comandada pelo comando de fronteira Solimões/ 8º Bis CFSOL, Exército de Tabatinga, com posto militar (patrulha), e em 1975, o senhor Hildo Barbosa foi eleito como presidente da comunidade, o mesmo já trabalhava como agente de saúde voluntário. Foi também criado pelo presidente Hildo Barbosa e o delegado Américo Ambrosio, junto com a

comunidade, a preservação do lago do Caiau”, um dos principais espaços geográficos que tem provocados inúmeros conflitos nessa comunidade.

### Localização Geográfica da Área de Estudo

A Comunidade de Terezina III está localizada no interior do Estado do Amazonas, na margem esquerda do Rio Solimões na tríplice fronteira Amazônica Brasil, Colômbia e Peru, há aproximadamente 27 km de distância (em linha reta) e 30 km (em via fluvial) do município de Tabatinga, cuja comunidade pertence à sua área rural.



Fonte: Núcleo Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA.

Elab.: Jailson Aguiar, 2017.

### METODOLOGIA DE PESQUISA.

A nossa metodológica da pesquisa é baseada nos moldes de uma abordagem qualitativa pautadas nas obras de (BARDIN, 1977 e CHIZZOTI, 2006), pois o processo de análise qualitativa segundo Bardin (1977), pressupõe diferentes fases de análise de conteúdo que são: a pré- análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Com as contribuições de Cardoso de Oliveira(2000), em "O trabalho do Antropólogo", destacando três partes importantes para o mesmo, que seria a etnografia que inclui o olhar, ouvir, e o escrever de um pesquisador. E ainda técnicas da cartografia social, que por meio do croqui, os moradores da



comunidade apresentaram situações vivenciadas no rio, floresta e lagos, cabe destacar ainda o registro fotográfico e, sobretudo a descrição dos momentos vivenciados na comunidade.

### **Procedimentos Técnicos**

A construção do mapeamento participativo ocorreu por meio da realização da oficina de cartografia social com os moradores da comunidade de Terezina III, pertencente ao Município de Tabatinga região do Alto Solimões. Sendo realizadas mediante as seguintes etapas.

- Apresentação da proposta de pesquisa para a comunidade elencando a importância da Cartografia Social e o poder que ela confere em relação a representação e construção do conhecimento sobre o território;
- As imersões na comunidade Terezina III, por sua vez, aconteceram no ano de 2015, em dois períodos, abril e outubro, contemplando assim duas importantes fases do ciclo das águas no Amazonas, cheia e vazante do rio Solimões;
- A realização da oficina de cartografia e a produção do croqui com os moradores da comunidade aconteceram na segunda oportunidade no período de seca do rio Solimões;
- A descrição e interpretação etnográfica do croqui na qual os moradores apresentaram os conflitos socioambientais distribuídos em sete espaços geográficos da comunidade pesquisada ocorreu no laboratório do Núcleo de cartografia social da Amazônia, PNCSA/UEA/TBT;
- Trabalho em laboratório que consistiu na transposição das informações mapeadas para um Sistema de Informação Geográfica – SIG com utilização do software Quantum Gis;
- Correção do mapa em laboratório que visou alterar e acrescentar as informações elencadas no processo de construção.
- Sistematização final na escrita do trabalho de conclusão de curso intitulado “Entre a madeira e o peixe: Conflitos socioambientais e as formas de uso dos recursos naturais na Comunidade ribeirinha de Terezina III no município de Tabatinga/AM”.
- Apresentação e entrega do mapa elaborado e cópia da monografia que ocorreu no centro comunitário da comunidade.



## EMBASAMENTO TEÓRICO

A cartografia Social no Brasil ganha visibilidade na Amazônia, sendo utilizado como instrumento de luta das comunidades tradicionais da floresta (Acselrad,2008). Isso possibilitou a espacialização de diversos atributos presentes no território elencando os conflitos existentes. A metodologia aplicada pela Cartografia Social permite a participação efetiva da população e tem contribuído de forma significativa na luta social, política e territorial dessas comunidades (MENDES apud PUSSININI et al.,2012).

Os mapas produzidos pelos agentes tradicionais, como atestam Almeida e Farias Junior, (2013), rompem o “monopólio da arte de mapear”, e é utilizado como instrumento de mobilização ao mesmo tempo em que são “fontes de produção de informação” situacionais, com amplo poder decisório das informações a ser posta nos mapas, pelos próprios agentes. Isto os habilita a utilizar o mapa como instrumento de reivindicações e fortalecimento das identidades coletivas e formas associativas de uso e gestão dos recursos naturais. Nessa perspectiva Marin (2016) explica que;

As populações tradicionais dificilmente conseguem visualizar na cartografia oficial seu território e suas demandas, pois há um vazio de informação sobre estes grupos, suas histórias, suas experiências, suas formas de trabalho, seus modos de existência coletiva. Pois nesse sentido A cartografia social propõe- se apresentar esses elementos, fazendo emergir a autoconsciência do grupo e a construção e o desenvolvimento de identidades próprias.

Neste contexto, Acselrad (2008), citando Herlihy e Knapp (2003), conceitua o mapeamento participativo, como sendo “aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento”, (2008:15), dos quais a seleção dos conteúdos do mapa participativo, aliadas a aplicação da técnica cartográfica, fica a cargo dos membros da comunidade (ACSELRAD, 2008:15).

A este contexto, consideramos que as reflexões acerca da prática do “mapeamento participativo”, apresentam-se, de acordo com Henri Acselrad e Luis Régis Coli, num contexto temporal, onde:

A partir dos anos 2000, constituem-se no mundo diversas redes, grupos e “comunidades” envolvidas com o uso de SIG e de mapeamentos que se afirmam participativos, constituindo uma espécie de “sub-campo” da cartografia participativa no campo mais amplo das práticas da representação cartográfica. (2008:17)

Nesta perspectiva, ao acreditarmos que o mapeamento participativo, tem como base as comunidades, o seu ato “é visto como extensão lógica” do repertório de estratégias de capacitação para o fortalecimento das comunidades locais fazendo com que “muitas comunidades tomem consciência do poder dos mapas” e tornem-se ansiosas para ter mapeados os seus recursos (FOX et. all 2008).

### **Resultados e discussões**

Neste contexto, evidenciou-se a ausência de ações específicas das instituições públicas e ambientais nesta região de fronteira. Destacam os sujeitos da pesquisa que o “problema do desmatamento” não é uma pauta prioritária dos órgãos investigados, revelando que os conflitos socioambientais se apresentam de diversas formas, pelo uso indiscriminado de lagos comunitário para a pesca comercial, resultando em constantes invasões e na violência física, na demarcação de pontos de pesca no rio Solimões; na extração ilegal da madeira pra fins comerciais nos países próximos, Peru e Colômbia. Na perspectiva (LITTLE, 2001:272)

Os conflitos relacionados aos recursos naturais ocorrem em espaços habitados há várias gerações por grupos humanos, que reivindicam o seu território de moradia e vivência, portanto, esses conflitos têm dimensões políticas, sociais e jurídicas.

“[...] Os conflitos, denominados socioambientais, para Acsehrad (2004, p.272) ocorrem quando estão envolvidos grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território, ou seja, quando, pelo menos, um dos grupos sofre ameaças quanto à continuidade das formas sociais de apropriação do seu meio.

Na oficina de cartografia social realizada com os moradores, estes retrataram: conflitos socioterritoriais, uso de lagos, e do rio, além do modo de vida que se divide entre a “madeira” e as diversas formas de extrativismo da floresta e o “peixe” do qual se alimentam, vendem e conservam este precioso recurso. Neste sentido, através dos saberes e conhecimentos tradicionais, produziram, ao cartografar seu espaço de vida diária.



Figura 01: Moradores confeccionando o croqui.  
Fonte: Gomes, 2015.



Figura 02: Apresentação do croqui feito pelos moradores da comunidade.  
Fonte: Gomes, 2015.

Na descrição etnográfica do croqui foram apresentados os conflitos socioambientais distribuídos nos sete espaços geográficos da comunidade bem como seus agentes sociais envolvidos nas questões que vão além das informações vinculadas na cidade.

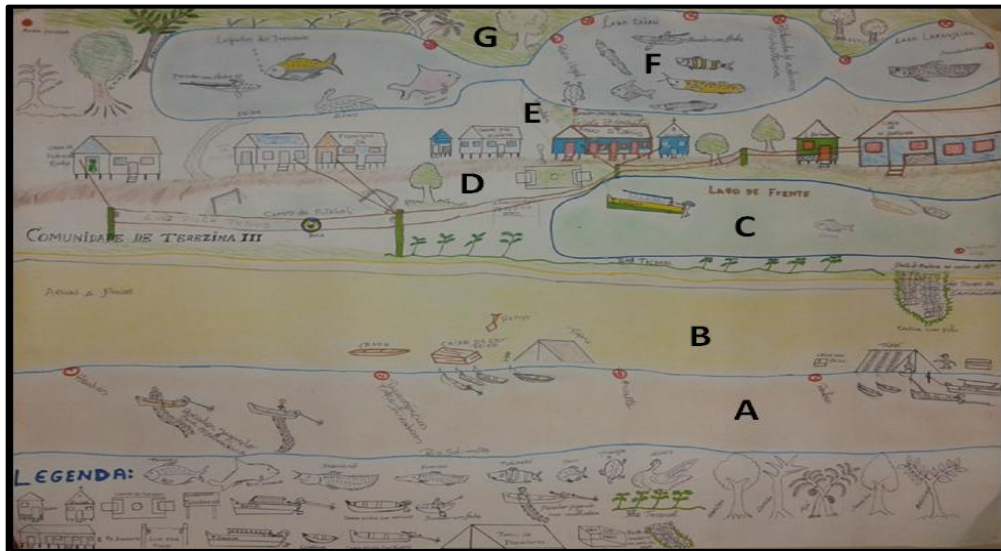


Figura 03: Delimitação dos espaços Geográficos da comunidade.

**A) Rio Solimões** – assaltos e roubos aos ribeirinhos nas proximidades da comunidade, Divergências entre pescadores por não respeitarem o horário definido em reunião sobre o acordo de pesca e um assassinato de um pescador nas proximidades da boca do Paraná entrada das comunidades de Araçari, Terezina III e IV e Bom futuro no ano de 2015.

**B) Na praia** – um dos conflitos socioambientais que vem acontecendo é a presença de uma grande quantidade de pentes de toras de madeira amarradas em cabos de aço de espécie Sumaúma. Abandonadas após o início da seca, no sentido de subida do rio Solimões aonde as mesmas eram transportadas por peruanos e deixadas por causa das fiscalizações dos órgãos de fiscalização brasileira. Estas se encalharam em meio à praia, que surge em frente à comunidade. Conforme relatos dos senhores L.B e L. essas toras de madeiras vinham dos lagos do laranjeira e lago do inferno que ficam atrás das comunidades de (Araçari, Terezina III e IV, Bom futuro).





Figura 04: Toras de sumaúma pressas por cabo de aço.

Fonte: Gomes, D. A. L. Outubro, 2015.



Figura 05: Toras de sumaúma pressas por cabo de aço.

Fonte: Gomes, D. A. L. Outubro, 2015.

Isso tem causado conflitos entre os moradores locais dessas comunidades e as “pessoas de fora” como são chamados as pessoas que não pertencem à essas comunidades. O senhor L. em seu relato disse-nos que os donos dessas toras de madeira já avisaram aos moradores que voltariam pra buscar o que lhes pertence assim que o rio voltar a encher. Nisso percebemos uma disputa por um recurso natural em meio à floresta Amazônica, e por sua vez os moradores da comunidade se veem no direito de aproveitar essa madeira que se encontra encalhada em meio à praia tanto para o uso local, como pra comercializá-la.

**C) lago de frente** – Nesse espaço apresenta-se um conflito socioambiental que envolve invasão do lago por pescadores de fora da comunidade e de comunidades próximas para a pesca em grande quantidade, para comércio. Para o senhor H.B que exerce o papel de guardião do lago, nele é mantido algumas espécies de peixes somente para consumo.

**D) Comunidade** – Os conflitos existentes são familiares, observamos e ouvimos nos relatos dos nossos informantes que as divergências e contradições entre alguns moradores e famílias acontecem por discordância nos interesses e opiniões dos moradores.

**E) Mata remanescente** – Nesse espaço, há pontos estratégicos em que são serradas toras de madeira, que é feito por pessoas de fora da comunidade, contratadas por moradores locais para essa finalidade. Ainda que alguns moradores, como o que presenciamos o corte da madeira na floresta, afirmar que havia autorização pela presidente da comunidade para a extração daquela madeira, existe discordância entre os moradores quanto ao corte desta.

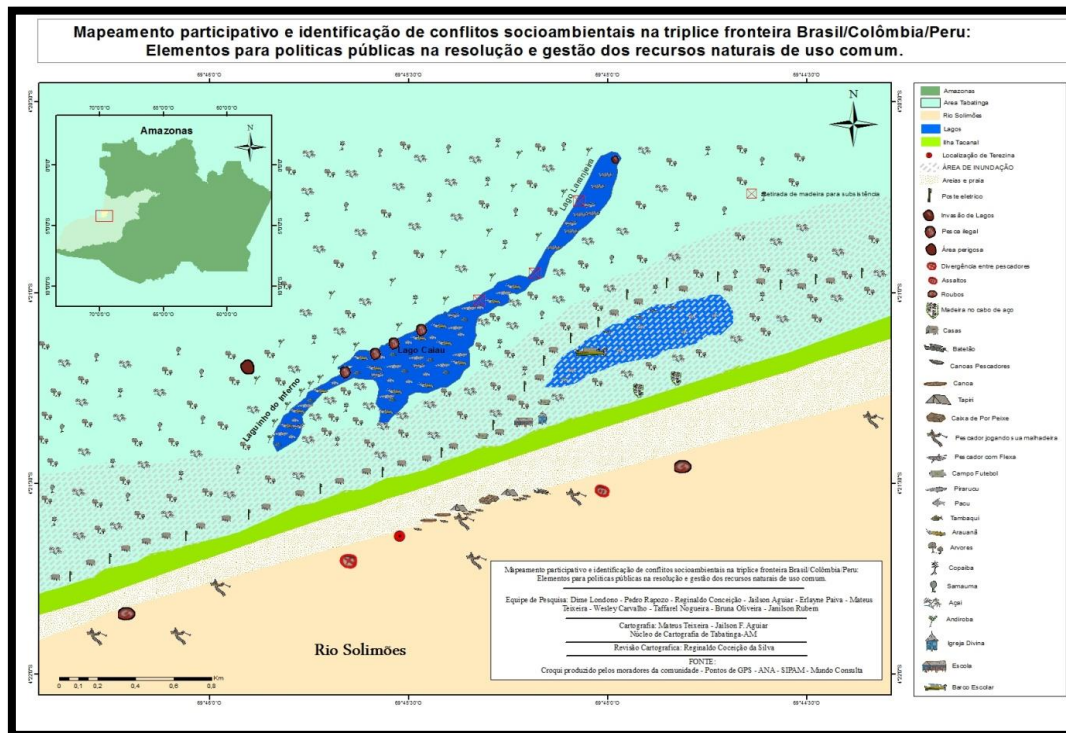


Figura 06: Corte de madeira na mata pertencente à comunidade.  
Fonte: Gomes, D. A. L. Outubro, 2015.

**F) Lagos Caiau, Laranjeira, Inferno** – A invasão aos lagos por “pessoas de fora” principalmente o *Caiau*, devido a sua largura de 1,08 quilômetros e profundidade de 06 metros, onde concentra-se o maior número de espécies aquáticas por meio do grande volume de água. Além de ponto de intercessão para o transporte de toras de madeira, o desrespeito ao seguro defeso por alguns moradores,

**G) Mata virgem** – A retirada de madeira e caça por pessoas de fora da comunidade, causando a destruição da biodiversidade da fauna e flora.

Como produto final, temos a seguinte produção cartográfica, elaborada a partir das informações coletadas em campo com os moradores da comunidade e que em seguida foram tabuladas no laboratório de cartografia social.



Segue abaixo uma tabela pra melhor compreensão dos espaços geográficos, ano de ocorrência, os agentes sociais envolvidos e os tipos de conflitos.

Espaços Geográficos	Ano de Ocorrência	Agentes sociais envolvidos	Tipos de conflitos
<b>A) Rio Solimões</b>	2015	Piratas, pessoas de fora e pescadores de outras comunidades vizinhas	Assaltos, roubos, divergências entre pescadores por não respeitarem o acordo de pesca, seguro defeso e um assassinato de um ribeirinho.
<b>B) Praia</b>	2015	Ribeirinhos da própria comunidade e pessoas de fora	Disputa por toras de madeira encalhadas da espécie sumaúma
<b>C) Lago de frente</b>	2014/2015	Pescadores de fora	Pesca predatória e invasão ao lago

<b>D) Comunidade</b>	2015	Moradores da própria comunidade	Divergências e contradições entre alguns moradores e famílias nos interesses e opiniões dos mesmos
<b>E) Mata remanescente</b>	2015	Moradores da comunidade e comunidades vizinhas	Exploração de madeira e serreagem em pontos estratégicos
<b>F) Lagos Caiáu, Laranjeira e inferno</b>	2014/2015	Moradores da comunidade e pessoas de fora	Invasão aos lagos, pesca predatória dentro da área de manejo, desrepeito ao seguro defeso e ponto de intercessão para o transporte de madeira.
<b>G) Mata virgem</b>	2015	Pessoas de fora	Retirada de madeira de forma ilegal, caça predatória causando a destruição da biodiversidade da fauna e flora.

Tabela 01: Classificação dos Conflitos Socioambientais a partir da descrição etnográfica do croqui.  
Elab.: Gomes, D. A. L. 2015.

Ainda no intuito de elucidar os elementos representados no croqui e desta forma poder interpretá-los de maneira mais pontual, buscamos o sindicato dos pescadores e pescadoras artesanais de Tabatinga (SINPESCA) na pessoa do seu presidente para que nos esclarecesse a respeito dos conflitos que tem acontecido na comunidade em questão. Deste modo objetivamos a informação de que os conflitos associados aos assaltos e roubos aos ribeirinhos no rio Solimões teve como encaminhamento deste sindicato documento endereçado ao 8º Batalhão de Polícia Militar em Tabatinga.

Segundo o presidente do sindicato dos pescadores em Tabatinga-AM, o sindicato recebe as denúncias que são feitas pelos ribeirinhos, mas, que os mesmos não vão à polícia civil para realizar o “B.O” boletim de Ocorrência. Isso se deve ao receio e insegurança dos mesmos, pois como foi relatado pelo presidente, “*o sindicato não pode interferir diretamente com a polícia, pois compromete toda a diretoria, cabe a vítima, no caso, o ribeirinho realizar a ocorrência para que a polícia tome as providencias cabíveis*”. Gomes (2015).



### **Considerações finais**

Este trabalho procurou promover discussões necessárias sobre os conflitos socioambientais pela forma de uso dos recursos naturais a partir de duas atividades extrativistas amazônicas: a madeireira e a pesqueira. Entender as dinâmicas humanas e naturais de lugares específicos como espaços da mesorregião do Alto Solimões, e suas consequências para a vida dos grupos humanos que nela vivem se constitui em um desafio e em algo preciso para o retorno social para com estes sujeitos, sobretudo na Comunidade Terezina III.

Na busca pela identificação e descrição dos conflitos socioambientais existentes entre pescadores da comunidade, os diversos diálogos com seus moradores e a oficina de cartografia com a produção do croqui, trouxeram-nos informações como a invasão aos lagos da comunidade como algo que os preocupa e que se caracteriza em conflito, pois, de algum modo, coloca em cheque a soberania que esta comunidade acredita ter sob esses recursos naturais. A fiscalização dos lagos acordada entre os moradores, não acontece nos termos como gostariam, segundo informações dos moradores. E, portanto, ressentem-se de não contar com o apoio de instituições públicas que atendam às questões ambientais.



## Referências bibliográficas.

ACSELRAD, H. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais.** In: Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H; COLI, L.R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, H. et al. (Org.). **Cartografias sociais e território.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2008.p. 13-43.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. & FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida. (Orgs.) **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social.** Manaus: UEA Edições, 2013.

BARDIN, L.(1977). **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, LDA. Bell, J.(2002).

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo: Olhar, ouvir, escrever.* In: **O trabalho do antropólogo.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais.** 8.ed.-São Paulo: Cortez, 2006.

Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Relatório-Denúncia “Amazônia, um bioma mergulhado em conflitos”** Dados de Fevereiro de 2016. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/> In. Articulação das CPT's da Amazônia. Acesso em 14 de outubro de 2018.

GOMES, D. Alexandre. L. **Entre a madeira e o peixe: conflitos socioambientais e as formas de uso dos recursos naturais na comunidade ribeirinha de Terezina III no município de Tabatinga-AM.** Monografia (curso de Geografia) pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2015.

LITTLE, P. E. **Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política.** In: BURSZTYN, M.(Org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais.* Rio de Janeiro: Geramond, 2001.

PUSSININI, N; PIDORODESKI, A; TOLEDO, B.H.C, **Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais no Paraná:** novas perspectivas temáticas para a cartografia. Entre-Lugar, Dourados, MS, ano 3, n. 5, p 19-36, 1. Semestre de 2012.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Projeto aplica a cartografia como forma de identificação social. Disponível em: <http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=2190>>. Acesso em: 13 de outubro de 2018.